

ROWE, William e SCHELLING, Vivian. *Memory and modernity - Popular Culture in Latin America*. Editado por Verso, Londres e Nova Iorque, 1991, 243pp.

José Norberto Soares\*

Entre os muitos trabalhos publicados a respeito da América Latina nos últimos 2 ou 3 anos, o livro de Rowe e Schelling particulariza-se pela capacidade de levantar questões concernentes à produção e apropriação da cultura popular durante a evolução política e econômica resultante da homogeneização inserida no ideário nacionalizante, como também formas de resistência a este mesmo processo.

Esta obra não se pretende específica. Ao contrário, é um livro abrangente -passa pela 'guerra do deserto', na Argentina de 1879, pela revolução mexicana de 1910, por Getúlio, Peron e Haya de la Torre, pela musica andina, Super Barrio, as mães da Praça de Maio, samba, cordel e telenovelas; já nos 'agradecimentos', encontram-se os nomes de Octavio Ianni, Jan Rocha (correspondente do diário inglês "The Guardian" no Brasil) e Padre Ticão.

*Memory and Modernity* trabalha com temas, sendo o mais importante o da inserção da modernidade nos meios de produção e reprodução cultural latino-americanos. O livro parle da inviabilidade da idéia de uma acumulação contínua de tradições populares; pelo contrário, estas tradições obedeceriam a formas de acúmulo e formação muito particulares, sendo melhor tentar caracterizá-las através de seus cortes e continuidades. O termo 'modernização', quando aplicado à América Latina, tem um caráter muito mais abrangente que o tecnológico: ele está ligado à formação do Estado-nação, o que o particulariza, tornando-o distinto daquele aceito para a Europa, por exemplo. Aceitos os princípios da descontinuidade evolutiva e da particularidade, a cultura popular torna-se "um veículo privilegiado, através do qual este caleidoscópio de múltiplas realidades, rural e urbana, pré-moderna e moderna, local e não-local podem ser satisfatoriamente estudadas" (p. 45).

Os encontros entre formas culturais pré-capitalistas e modernidade geraram a necessidade de definição dos limites entre aculturação e resistência cultural, visto a remarcável persistência que as chamadas 'crenças populares' têm mostrado. No caso da América Latina, citando Néstor García Canclini em *Las culturas populares en el capitalismo*, "muito embora o desenvolvimento capitalista tenda a absorver e estandardizar as formas de produção material e cultural que o precederam, a subordinação de comunidades tradicionais não pode ser total devido à inabilidade do capitalismo industrial de fornecer trabalho, educação e assistência médica para todos, como também à resistência de diferentes grupos étnicos na defesa de suas identidades" (p. 73).

O Estado, no seu processo de subordinação à 'ordem econômica mundial' é um desarticulador da rede de relações locais e um antecedente necessário ao processo de desarticulação cultural provocada pela mídia, ao estabelecer, nas últimas décadas do século XIX, o mercado nacional único, a sua própria consolidação (usualmente pela violência) e o estabelecimento das culturas nacionais unificadas.

Os autores partem do princípio de que a idéia de folclore na América Latina está ligada à de "identidade nacional" e, como tal, tem sido usada pelo Estado para produzir uma determinada "unidade nacional" e que o Estado, na formulação ideológica dessa pretensa "unidade", ignora ou destrói as características que denotam a heterogeneidade própria aos grupos sociais, ou mesmo as diferentes concepções de 'nação' encontradas em diversos grupos e regiões. Eles analisam uma variada gama de fenômenos concernentes à inclusão dos vários aspectos da cultura popular no ideário nacional patrocinado pelo Estado até o uso feito pelos meios de comunicação de massa desta mesma cultura. Isto se dá pela incapacidade desta 'cultura nacional' de dar força interpretativa à vida das pessoas, impedindo assim a sua transformação em experiência pessoal e grupai, papel que continua a ser desempenhado por elementos e produtos do folclore.

Massificação e hegemonia, para serem alcançadas, precisam incorporar determinadas formas culturais e, como lembram os autores, cultura não é simplesmente derivada da relação entre classes, mas possui um papel primordial no desafiar ou manter relações sociais estabelecidas. Assim, historicamente, a unificação do mercado cultural, fator preponderante no estabelecimento da indústria de cultura nacional, só alcançou sucesso ao incorporar formar de memória popular já em processo de massificação. Basta lembrar o uso feito pelo populismo da indústria cinematográfica mexicana ou do samba brasileiro nas décadas de 1930 e 1940.

Os autores argüem que 'contra-hegemônica' seria uma boa expressão **para** o caráter de desafio que as forças de produção cultural não submetidas

ao crivo oficializador possuem, o que enfatizaria seu caráter de alternativa à estrutura de poder estabelecida. Neste aspecto é enfatizado o papel das mulheres como preservadoras de tradições, visto seu papel como agente estabilizador e organizador da vida doméstica e sua atuação atenuante em casos de doenças, mortes ou acidentes. Mulheres adotaram formas religiosas africanas ou nativas e mesmo inventaram novas práticas rituais, criando um espaço para a transmissão do 'maravilhoso' através de práticas cotidianas. Nessa descontextualização, novas práticas deram novos sentidos a velhas tradições, que se modificaram mas não perderam seu caráter interpretativo original.

No contexto urbano e contemporâneo são descritos exemplos de organização e resistência que, dentro de suas especificidades e objetivos, atingem alto nível de organização como o de Vila Aparecida, em São Paulo, e Villa El Salvador, em Lima. Esta organização não é salientada na maioria dos filmes e documentários europeus (ou locais) a respeito da América Latina urbana, os quais tendem, na feliz expressão dos autores, a um "voyeurismo da miséria" (p. 118).

No que diz respeito à violência comum a que estão submetidos e às formas particulares de resistência, e continuidade das expressões culturais populares, cabe à história cultural restaurar as multiplicidades e, ao mesmo tempo, expô-las como foram elas reduzidas. Em lugar de tentar colocar antigas tradições culturais como parte da 'identidade' de um indivíduo ou de um grupo, o historiador, no seu ofício de "historicizar a memória" e suas(s) continuidades(s), deve sempre questionar: memória de quem, preservada de que maneira e sob quais circunstâncias? (p. 227).

Nesta luta pela multiplicidade de fontes, de narrações e eventos, a tarefa do historiador é multifacetar, não permitir o crescimento da tendência homogeneizante própria das historiografias oficiais e tradicionais, como também do tratamento 'jornalístico' dado aos fatos e processos históricos pela mídia ou pela indústria cultural, com a conseqüente hibridização e desterritorialização. São analisadas no livro, as obras de Luis Rafael Sánchez, *La importancia de llamarse Daniel Santos*, México, 1989, e de Elena Poniatowska, *Hasta no verte Jesús mío*, México, 1969. Intrigantes e inovadoras, estas obras são deixadas como exemplo das possibilidades de estudo e compreensão do que nos envolve na *Nuestra America*.

*Memory and Modernity* é destinado primeiramente ao mercado anglo-americano, assim algumas das suas páginas podem parecer redundantes para quem vive mergulhado na realidade latino americana. Mas, a perspectiva proporcionada é instigante, as informações são variadas e ricas, sendo que os autores utilizam não somente textos literários e relatos históricos regionais

mas, o que é importante, extratos e opiniões de críticos e ensaístas latino-americanos contemporâneos. Aí está uma boa ocasião para perceber o Brasil e sua relação orgânica com o subcontinente, parte de sua grandeza, parte de sua tragédia. Afinal, o lugar do Brasil na América Latina não pode ser visto apenas como um mero acaso geográfico.